



IPPUR/UFRJ

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**O conceito de ciberespaço à luz da
teoria lefebvriana**

Andrea Lapa (*)

Série Estudos e Debates n° 43

Agosto/2006

(*) Uma primeira versão desse estudo foi apresentada na Tese de Doutorado da autora, defendida em 7 de julho de 2005 no IPPUR/UFRJ, sob orientação de Rainer Randolph e Michel Menou.

SÉRIE ESTUDOS E DEBATES
Nova Série

A Série Estudos e Debates, publicação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, divulga trabalhos inéditos no campo do Planejamento Urbano e Regional. As opiniões emitidas nos textos são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente o ponto de vista do IPPUR.

Corpo Editorial:

Ana Clara Torres Ribeiro
Fânia Fridman
Pedro Abramo
Hermes Magalhães Tavares

Direção:

Adauto Lúcio Cardoso – Diretor
Luciana Corrêa do Lago – Vice-diretora e Coordenadora de Ensino
Rainer Randolph – Coordenador de Pesquisas e Projetos

Colaboraram na produção deste trabalho:

Ana Lúcia Ferreira Gonçalves – Bibliotecária
Cláudia Regina dos Anjos – Bibliotecária
Maria Luiza Cavalcanti Jardim – Bibliotecária

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR

Prédio da Reitoria, 5º andar, sala 543
Cidade Universitária – Ilha do Fundão
Cep: 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (21) 2598-1676
Fax: (21) 2598-1923

L299c Lapa, Andrea Brandão.
O conceito de ciberespaço à luz da teoria lefebvriana /
Andrea Lapa. – Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 2006.
23 f. ; 30 cm. – (Série estudos e debates ; n. 43)

Bibliografia: f. 22-23.

1. Ciberespaço. 2. Tecnologia da informação. 3. Espaço e tempo. 4. Lefebvre, Henri, 1905-1991. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. II. Título.

CDD: 114

O CONCEITO DE CIBERESPAÇO À LUZ DA TEORIA LEFEBVRIANA¹

Andrea Lapa

Para saber como e o quê o espaço internaliza é aprender como produzir algo melhor, é aprender como produzir outra cidade, outro espaço. Outro espaço do e para o socialismo. Mudar a vida é mudar o espaço; mudar o espaço é mudar a vida (MERRIFIELD, 2000).

RESUMO

Segundo a teoria lefebvriana do espaço, o ciberespaço poderia ser entendido como mais uma configuração da tríade dos espaços concebido, percebido e vivido, se articulando em três momentos distintos, da prática espacial, das representações do espaço e dos espaços de representação. A possibilidade de o ciberespaço vir a ser apropriado como espaços de representação na atualidade justifica o interesse em uma primeira análise realizada nesse estudo, de compreensão dos espaços de interação mediados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC e da identificação das comunidades virtuais como espaços latentes de uma apropriação crítica das TIC para objetivos humanos e sociais.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, há um novo espaço de interações humanas que parece acontecer longe dos espaços tradicionais como a cidade, a praça, a escola. Comumente chamado de ciberespaço, essa nova configuração espacial freqüenta o imaginário e o discurso das pessoas, porém nem sempre remetendo ao mesmo conteúdo significativo. Esse estudo se desdobra sobre a compreensão do ciberespaço a partir de referências teóricas que atualmente iluminam o discurso sobre o conceito de espaço.

A temática desse estudo está na relação espaço-sociedade-tecnologia do mundo contemporâneo, isto é, o mundo mediado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) que, a partir do início dos anos 90 vem possibilitando a ligação do mundo, cidades e pessoas, em redes de comunicação por computadores. Um dos pontos singulares deste momento histórico está na rapidez das mudanças tecnológicas e na generalização de seus reflexos sociais como se eles fossem uma

¹ Uma primeira versão desse estudo foi apresentada na Tese de Doutorado da autora, defendida em 7 de julho de 2005 no IPPUR/UFRJ, sob orientação de Rainer Randolph e Michel Menou.

ordem global. Manuel Castells coloca as TIC como ponto-chave de uma nova revolução que altera modos de desenvolvimento social, e o faz referindo-se a Kranzberg e Pursell (CASTELLS, 2003, p. 68), que identificam a *penetrabilidade* como uma das principais características de uma revolução tecnológica, isto é, o relativo grau de sua penetração em todos os domínios da atividade humana.

Entendida assim, uma revolução tecnológica não é apenas um fator exógeno ao qual o homem reage e aprende a utilizar como um novo instrumental para incrementar sua produção, mas leva a uma mudança interna no próprio modo de pensar e fazer, isto é, no processo que altera o próprio tecido em que a atividade humana acontece. Daí a importância da compreensão das novas configurações espaciais possibilitadas pelas TIC, já que o ineditismo não está na luta humana por adaptações às novas condições tecnológicas, mas sim nos novos desafios enfrentados, entre os quais se destaca a condição espacial que muda a relação das pessoas com o espaço, inclusive com o espaço tradicionalmente vivido.

Na abordagem da temática espaço-sociedade-tecnologia no contexto da penetrabilidade de uma revolução que configura outros modos de compreensão, apreensão e ação no mundo pretende-se evitar o perigo de uma abordagem imediatista e superficial do ciberespaço. Tal perigo foi identificado anteriormente Lapa (2005) no tratamento reducionista da questão, tanto por uma apologia das TIC, que defende uma substituição rápida e superficial do espaço factual pelo digitalizado, quanto por uma resistência à apropriação das TIC como único recurso de um resgate humanista.

Ambas abordagens trazem limitações porque inviabilizariam, por um lado, o reconhecimento da racionalidade instrumental que essas tecnologias trazem consigo e do potencial de determinação das mesmas a partir, principalmente, de uma voluntária inserção nos processos de dominação que reproduzem e legitimam a alienação dos homens (a meta-alienação descrita por LEFEBVRE, 1991b), e por outro lado, uma tentativa ingênua e inócua de afastamento de parte constitutiva da própria sociedade, tendo em vista que a penetrabilidade das TIC já permitiu mudanças internas, nos modos de pensar e agir no mundo, que geram um conflito de tanto resistir àquilo mesmo que se pretende resgatar.

Se o entendimento é de que a invasão das TIC no cotidiano é inevitável, talvez a resistência possível esteja nas formas de compreensão e apropriação

dessas mudanças, segundo outros objetivos mais humanos e sociais (SANTOS, 2000). A proposta seria a de uma estratégica mudança de foco, de abandonar a costumeira discussão sobre as causas e efeitos das TICs na sociedade, para uma concentração na busca das potencialidades das mesmas para promover outros usos segundo outros critérios ancorados numa busca humanista e social. A preocupação desse estudo está na compreensão, primeira etapa necessária para a configuração de outras formas de ação e da escolha da ação propriamente dita. Na compreensão ampliada do conceito de ciberespaço, far-se-á a tentativa de superação dessas abordagens através de uma ampliação teórica que terá como recurso o conceito lefebvriano de espaço.

O CONCEITO DE ESPAÇO

Pode ser vista como uma característica do Espaço a sua propriedade de reter cristalizadas as diversas transformações por que passou e passa a sociedade. Conforme determinadas vertentes do pensamento, é no Espaço onde o passado está registrado e é re-significado pelas ações do presente. Nessa perspectiva, não existe um espaço neutro no qual a ação se desenvolve, mas sim, um espaço herdado, que está em pleno movimento e que é permanentemente atualizado, na medida em que as pessoas interagem com as ações anteriores nele inscritas. Essa maneira de apreender o espaço já é uma opção teórica. Entender o espaço não como algo estático a ser decifrado, mas como um processo, onde espaço e tempo estão combinados no devir em pleno movimento de construção, já descarta, por exemplo, a perspectiva kantiana do espaço como a condição absoluta da possibilidade dos objetos externos, e mesmo como uma categoria absoluta da condição de percepção sensível (ABBAGNANO, 2000, p.348-352).

A noção do espaço unicamente como um fato da natureza, que pode ser percebido pelos sentidos e descrito em termos de atributos como direção, área, forma, padrão, volume e distância, mostrou-se adequada aos desejos do empirismo, mas já foi contestada até mesmo por geógrafos como Harvey (1993) e Santos (1999). Na tentativa de transcender o conceito puramente físico do espaço como um atributo objetivo do mundo que pode ser medido e, portanto, apreendido, dedicar-se-á, de modo semelhante, a uma análise do ciberespaço utilizando-se desses conceitos mais abrangentes e complexos de Espaço. Nesse contexto, merecem

destaque especial dois conceitos de Espaço: primeiramente o de Milton Santos e depois o de Henri Lefebvre.

Milton Santos (1999) criticou as abordagens da Geografia e da Sociologia por limitarem a noção do Espaço, compreendendo-o apenas como objeto concreto, ou apenas como o processo social nele envolvido, respectivamente. Esse autor empreendeu um esforço para aproximar esses dois campos, ampliando a concepção do Espaço como um híbrido do sistema de objetos e do sistema de ações, ou seja, uma mescla indissolúvel desses dois sistemas, na qual o primeiro refere-se à materialidade que conforma as configurações territoriais e o segundo as impressões das ações que os sujeitos nele registram. Para Santos, o espaço seria um composto de formas-conteúdo, isto é, uma síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais.

O principal antagonismo existente entre sociedade e espaço ocorre porque a sociedade age sobre o espaço não apenas como realidade física, mas também como realidade social, isto é, como formas-conteúdo. Ademais, a dialética estaria entre ações novas e uma "velha situação", onde a sociedade trabalha sobre objetos sociais já valorizados aos quais ela busca oferecer um novo valor (Ibid, p. 88). Assim, o Espaço assumiria uma dimensão especial porque se imporia através das condições que ele oferece para a produção, circulação, residência, comunicação, exercício político, e para tantos outros processos sociais (Ibid, p. 45). Portanto, o mundo ganharia sentido por ser esse objeto comum, alcançado através das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produziria a alteridade e a comunicação.

O problema maior que o conceito de Santos busca considerar reside no fato de que, historicamente, nunca houve um *sistema técnico* tão invasor e tão abrangente como as TIC estão sendo para o mundo contemporâneo, no qual estão se impondo tão fortemente à totalidade dos lugares e dos homens. No mundo contemporâneo das tecnologias de informação e comunicação, o sistema de objetos parece mover-se com total independência, tanto do homem como de suas ações (Ibid, p. 176). Ademais, a possibilidade da existência de um mundo, que se auto-organiza e funciona à revelia da ação humana, cria uma independência e autonomia apenas ao sistema de objetos, e parece estar exercendo no sistema de ações uma dependência que promove a alienação das pessoas. Ao invés de mediar e equilibrarem o relacionamento misto entre o sistema de objetos e o sistema de

ações, os objetos estariam surgindo onipresentes e organizando praticamente toda a forma de existência, uma vez que:

[...] os objetos não mais obedecem a nós, mas sugerem o papel a desempenhar, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas não raro é, também, simbólica (Ibid, p. 173).

Objetos programados, que são criados para desempenhar uma função predeterminada e com objetivos pré-definidos por uma intencionalidade científica e tecnicamente produzida, não são apenas movidos pela informação, mas eles próprios são informação (Ibid, p. 172). Criados para comunicarem-se entre si, mesmo na ausência do homem, e para responder a uma finalidade específica, determinada em sua concepção, os objetos da atualidade tecnológica têm na informação sua força-motriz, sua energia (Ibid, p. 176). Mesmo que permitam outros usos e recursos, sua abrangência, força de difusão e capacidade de imposição, eles deixam pouca margem de manobra, e, desta forma, segundo o autor, a informação redefine inteiramente o sistema espacial.

O mundo contemporâneo atravessado pelas tecnologias de informação e comunicação tem contribuído para uma aceitação acrítica das formas de dominação e, assim, para uma naturalização da alienação. No mundo contemporâneo, as ações são obedientes a uma razão instrumental, insuflada e exógena, e, ao estarem preocupadas com os fins da eficácia, têm passado ao largo dos sistemas de valores historicamente construídos e têm favorecido à precisão e ao pragmatismo que visam apenas resultados, deixando pequena margem à espontaneidade e à criatividade, principalmente porque inculcam a aceitação da inadequação dos homens e de suas ações locais frente aos objetos e as ações hegemônicas.

[...]Essa criação cotidiana do homem ignorante também leva regiões inteiras a ignorar o que elas são, sempre que não conhecem os segredos do funcionamento dos respectivos objetos e ações. Quanto menos dominam esses segredos, têm menos condições de comandar a sua própria evolução e mais dirigidas de fora tendem a ser (Ibid, p. 181).

Compreende-se que Milton Santos trouxe ao campo crítico brasileiro um grande avanço por procurar superar abordagens que concebem o espaço apenas

em seu aspecto material-concreto ou apenas em seu aspecto social. Sua noção de espaço híbrido, como sistema de objetos e sistema de ações, oferece um recurso teórico para transcender tais abordagens limitadoras. No entanto, no momento em que o espaço contemporâneo tende a afastar-se de sua forma material para assumir uma dimensão quase que estritamente simbólica, comumente nomeada de virtual, a restrição ao conceito de Espaço de Milton Santos pode oferecer uma limitação. Quando a materialidade é, de alguma forma, instituída pela informação, e os objetos e ações são construídos a partir de representações simbólicas, faz-se necessário uma abordagem ainda mais amplificadora do conceito de espaço, e, para isso, esse estudo vai resgatar estudos anteriores de Henri Lefebvre.

Lefebvre (1991a) procurou superar as três abordagens parciais que ele identificou na história do pensamento sobre o espaço, propondo uma concepção inovadora ao conceber o espaço como uma tríade que incorpora essas abordagens: a físico-material, a mental e a social. Observe-se que Santos também considera o espaço simbólico em seu conceito de espaço, como pode ser verificado acima na sua preocupação com a intencionalidade simbólica dos objetos que difundem uma razão instrumental que, por sua vez, orienta as ações humanas. Porém, Lefebvre tem uma preocupação especial com o espaço simbólico, que chama de *concebido*, porque é nele, principalmente, que Lefebvre localiza representados a ideologia, o poder e o conhecimento, que, entende-se, podem criar o espaço adequado para a reprodução das relações de produção que a racionalidade dominante ordena, controla e impõe. Para compreender o conceito da totalidade do espaço, Lefebvre propõe um tratamento dialético em uma “tripla determinação”, cada instância internalizando e adquirindo sentido através das outras (MERRIFIELD, 2000, p. 175), e apresenta explicitamente o espaço simbólico das representações como uma dessas três determinações do espaço.

É importante salientar que a complexidade do pensamento de Lefebvre não pode ser transmitida integralmente neste estudo. A intenção é realizar aqui uma primeira organização de sua abordagem segundo a ótica desse estudo, que é encontrar teorias mais abrangentes para uma melhor compreensão do ciberespaço. Na sua busca por uma teoria única para o espaço, Lefebvre procurou oferecer uma sistematização de seu conceito de Espaço em três partes, que, no entanto, só poderiam ser descritas separadamente como um procedimento analítico, o qual ele

lança mão. Os três momentos de análise apresentados por Lefebvre são, em princípio, inseparáveis, e são apresentados isoladamente apenas como uma operacionalização, isto é, como uma abstração necessária diante da complexidade do conceito único do espaço apresentado pelo autor. Este trabalho toma esse procedimento analítico de Lefebvre e ainda realiza um esforço de síntese para delinear um conceito de espaço abrangente o bastante para compreender as novas espacialidades da atualidade tecnológica. Para fins deste trabalho, sintetiza-se a teoria do espaço de Lefebvre segundo a seguinte tríade²:

(1) *o espaço percebido*: que é o espaço físico - a natureza, o Cosmos, o material, o concreto.

(2) *o espaço concebido*: que é o espaço mental - as abstrações lógicas e formais, os signos, códigos e representações objetivadas produzidas e usadas pelos atores e agentes, principalmente dentro da Ciência.

(3) *o espaço vivido*: que é o espaço social – as experiências cotidianas, mais sentidas do que pensadas. Espaço essencialmente qualitativo, fluído e dinâmico, lugar da paixão, da ação e da vida.

Saliente-se, novamente, que essa partição só tem sentido como um recorte analítico, que colabora para a compreensão de todas as características mescladas do Espaço, uma vez que elas não são encontradas na realidade em sua forma individual, mas apresentam-se entrelaçadas em três outros momentos: a *prática espacial*, a *representação do espaço* e o *espaço de representação*.

As *práticas espaciais* são aquelas que estruturam a realidade cotidiana, isto é, onde as pessoas decifram o espaço, a realidade urbana, em sua relação com a sua rotina diária. Elas incluem os trajetos, redes e padrões de interação que ligam lugares desprezados pelo trabalho, o lazer e a vida privada. Como Merrifield (2000, p. 175), coloca inclui a produção e a reprodução, concepção e execução, o concebido e o vivido, e garantem a coesão social.

As *representações do espaço* são as conceituações e representações, as construções simbólicas sobre o mundo. Elas formam o espaço dos signos (existente e projetado), que é a esfera de dominação nas sociedades, posto que construído e

² Síntese elaborada a partir de: Lefebvre, H (1991a); Harvey (1993); Soja (1996); Merrifield (2000); Randolph (2003).

objetificado por cientistas, urbanistas, planejadores e arquitetos, entre outros escolhidos. Tais representações decifram, organizam, e regulam a vida cotidiana, geralmente segundo interesses dominantes, e, diante de tal ênfase no espaço concebido, costumam relegar a um segundo plano, consciente ou inconscientemente, o vivido e percebido.

O *espaço de representação* está no campo da experiência, é o espaço vivido, que segundo a interpretação de Merrifield (Ibid, p. 175), é um espaço tão difícil de se compreender e conter, que o espaço concebido e ordenado vai tentar intervir, racionalizar e, em último caso, usurpar. Talvez justamente por ser o espaço da imaginação criativa da mudança. O espaço de representação é um espaço experienciado por símbolos e imagens criados pelos que o habitam, e que *revestem o espaço físico fazendo uso simbólico de seus objetos*³.

O conceito de espaço de Lefebvre assume a relação dialética entre os espaços concebido, percebido e vivido, que se entrelaçam de formas variadas em *práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação*. Uma característica importante desse conceito mais abrangente do Espaço de Lefebvre consiste na compreensão do espaço não como um dado ou um suporte, mas como socialmente produzido. Nesse sentido o Espaço não poderia ser entendido apenas como a superfície passiva para a ação reprodutiva, redução muitas vezes realizada e replicada, a exemplo do que acontece com o *espaço de fluxos* de Manuel Castells (2000), onde o Espaço é entendido como a base material que é atravessada por fluxos de informação e o lugar onde as relações humanas se desenvolvem.

O *espaço de fluxos* de Castells salienta os seus próprios limites quando confrontado com um arcabouço teórico mais abrangente como o oferecido por Lefebvre. No entender de Merrifield, Castells deixa de lado o espaço em si, principalmente por tomar a cidade como o recipiente de relações sociais e de classe. Segundo análise dessa autora (retirada de uma entrevista de Lefebvre publicada por Burgel, 1987), Castells teria se rendido a uma abordagem marxista simplista que, no cenário intelectual dos anos 70, reduziria a questão urbana (tão cara a Lefebvre), colocando em questão a própria validade do urbano como um legítimo objeto de investigação (MERRIFIELD, 2000, p. 168-169). Ademais, apesar de contemplar as

³ "It overlays physical space, making symbolic use of its objects" (Lefebvre 1990, p. 39). Tradução desta autora.

trocas de mercadorias e a reprodução das relações de poder do capital-trabalho, o *espaço de fluxos* não revelaria o outro lado da moeda, que é o fato de o próprio *espaço de fluxos* ser ativamente produzido como parte das estratégias de acumulação capitalista.

Para Lefebvre, o Espaço é produzido antes mesmo de ser reproduzido (LEFEBVRE, 1991a); MERRIFIELD, 2000). Assim, ele não poderia ser entendido apenas como o cenário das exigências reprodutivas, mas também como parte do elenco por seu papel vital e produtivo.

O CIBERESPAÇO

O advento das novas tecnologias de informação e comunicação colocou para os indivíduos a possibilidade de mais um espaço de interação social, nomeado de ciberespaço. O ciberespaço costuma ser apresentado como um universo de bits e bytes, etéreo e ficcional, criado pela comunicação em rede de todos os computadores conectados no mundo. Também é difundida a sua capacidade de possibilitar o trabalho, o relacionamento, o ensino, o comércio, e muitas outras práticas sociais que vêm sendo adaptadas para uma independência da co-presença. O ciberespaço seria um lugar produzido pela informação, que reserva grande poder para aqueles que sabem manipulá-la, e que usualmente costuma ser descrito como o lugar onde vive a consciência sem o corpo e onde é possível alcançar a imortalidade (JORDAN, 1999, p. 26).

O termo ciberespaço foi usado pela primeira vez na ficção de Gibson (1984), como *um espaço que nomeia um novo imaginário social e tecnológico*. Esse imaginário foi descrito pelo autor como uma representação em quatro dimensões do conhecimento humano que é experimentado como uma realidade virtual e que pode ser usado pelo indivíduo ao “mover-se” dentro dele. O ciberespaço também costuma ser entendido como uma rede, uma matriz, um lugar de encontros e relacionamentos, construído por informações, para pessoas fisicamente separadas.

Jordan (1999) afirma que determinadas características da ficção de Gibson são encontradas nas concepções teóricas que têm sido apresentadas como ciberespaço. Entre elas estão a organização da informação como espaços virtuais e a natureza de corpos virtuais; a primeira remete à descrição e à compreensão do

ciberespaço, e a segunda, às conseqüências do espaço eletrônico na vida das pessoas (Ibid, p. 25). Porém, essas duas características estariam imbricadas de tal forma que se definiriam simultaneamente.

A principal premissa de Gibson para o ciberespaço é a perda da materialidade física. Nessa ficção, o ciberespaço seria o lugar onde a consciência humana se tornaria descorporificada, e no qual ela poderia “voar” à procura de informação. Tal visualização tem sido e continua a ser a mais popular e corriqueira no ciberespaço. Essa ausência de corpo apontaria a primeira compreensão do ciberespaço como um não-lugar. Pode-se argumentar que, na realidade do mundo contemporâneo, tal entendimento é simples, porém equivocado, pois nele, o ciberespaço seria totalmente imaterial e, portanto, o ciberespaço não poderia ser um espaço. Todavia, essa aparente imaterialidade pode não ser suficiente para inferir-se automaticamente a não-existência de um espaço, sob o prisma da teoria lefebvriana do espaço.

O conceito de Lefebvre pode colocar em questão esse primeiro mito, pois nele os três elementos constitutivos do espaço (*concebido, percebido e vivido*) encontram-se e articulam-se em três momentos, que seriam as *práticas espaciais*, as *representações do espaço* e os *espaços de representação*. Esse conceito permite uma maior amplitude de análise porque permite entender que não há um único padrão nos momentos de articulação dos espaços *vivido, concebido e percebido*, que poderiam se configurar em arranjos específicos e diferentes, havendo nas *práticas espaciais* uma predominância do *espaço percebido*, enquanto que nas *representações do espaço* haveria uma tentativa de controle do *espaço concebido* sobre os demais, e nos *espaços de representações*, o *espaço vivido* tentaria livrar-se do controle dos *espaços concebido e percebido*. Por conseguinte, esse conceito permitiria compreender o ciberespaço como uma nova articulação desses mesmos três elementos constitutivos: os *espaços concebido, vivido e percebido*.

Este estudo passará a analisar tal articulação, pois ela poderá evitar uma apreensão imediatista e reduzida do ciberespaço, a exemplo do imaginário social e tecnológico de Gibson. Não se pretende elaborar um novo conceito de ciberespaço a partir da teoria lefebvriana, mas apenas inspirar-se nela para questionar alguns entendimentos equivocados sobre o ciberespaço como a sua imaterialidade e o fato

de ser somente um espaço simbólico, que podem permitir uma apropriação do ciberespaço como um espaço instrumentalizador.

Nessa direção é preciso, em primeiro lugar, compreender que o espaço não se remete apenas à sua esfera material, posto que também há nele as esferas social e simbólica. O ciberespaço poderia ser flexibilizado no que diz respeito a sua imaterialidade, concebendo-o apenas enfraquecido como um *espaço percebido*, relativamente às duas outras dimensões do espaço, haja vista que o *espaço vivido* e o *espaço concebido* estariam fortalecidos. Assim, o conceito lefebvriano indicaria uma apreensão do ciberespaço como espaço através de uma articulação diferente dessas três esferas em seus três momentos (*a prática espacial, a representação do espaço e o espaço de representações*), configurando-os de forma diferenciada do espaço tradicional.

A imaterialidade do ciberespaço visto como um lugar sem corpo tem sua origem na ausência do corpo da ficção de Gibson, e foi reforçada, mais tarde, na reinvenção virtualizada do corpo, através de *avatares*⁴ gerados por computador, de acordo com a ficção de Stephenson⁵ (1992). Nessa imaterialidade, o ciberespaço, entendido como o virtual em oposição ao real, não corresponde à realidade do ciberespaço no mundo contemporâneo, uma vez que, apesar de fraca, pode-se reconhecer que nele há certa materialidade na experiência das pessoas no ciberespaço. Ao “entrar” em uma rede de computadores como a Internet, as pessoas não se separam de seus corpos, que são usados para expressar os pensamentos e emoções através da digitação de texto, da fala em salas de bate-papo e das imagens em videoconferências. Por conseguinte, o corpo teria seu papel bem reduzido em relação à experiência cotidiana das práticas espaciais tradicionais, mas não se poderia negar que, no mínimo, ele continua sendo o ponto de partida e de chegada das práticas sociais que acontecem no ciberespaço.

⁴ Avatar é uma identidade sólida criada por alguém que utiliza o ciberespaço. Indica que essa pessoa fez uso de recursos informáticos no ciberespaço para que outros avatares possam reconhecê-lo como uma identidade *online*. O avatar pode ser construído a partir do seu estilo de escrita, pelo uso repetitivo de um nome ou autodescrição, ou vários outros recursos *online*. Cada pessoa pode criar diversos avatares, com ou sem relação com seu mundo *offline*.

⁵ Após o *Neuromancer* de Gibson, Neal Stephenson no seu livro *Snow Crash* cria um meta-universo desenvolvendo metáforas e analogias com espaços familiares, demonstrando através da novela cyberpunk o que o ciberespaço pode significar como um lugar (Jordan, 1999, p. 26). A ficção aqui não é a da negação do corpo ou do espaço, mas da representação dos mesmos com figuras familiares, como ruas, metrô e *avatares*.

Uma das principais diferenças entre o ciberespaço e o espaço tradicional parece ser a possibilidade de descolamento entre o real e o ficcional, que é consideravelmente grande no ciberespaço. Se, no espaço tradicional, os indivíduos e suas ações reais podem ser percebidos pelos sentidos humanos, no ciberespaço é necessário fazer-se uma leitura através da forma que cada indivíduo escolheu para se apresentar e de como ele vai se representar, incluindo aí uma variedade de personalidades à sua escolha, que separam o real do ficcional. Por outro lado, apesar do corpo não se encontrar integralmente interiorizado no ciberespaço, ele seria a fronteira do ciberespaço, uma vez que o corpo é o portal entre o real e o ficcional que a pessoa usa para entrar no ciberespaço e mexer-se nele. Que o corpo se faça presente no interior do ciberespaço somente através de representações não atesta imediatamente a sua inexistência no ciberespaço, mas apenas uma dificuldade para sua percepção e compreensão pelos habituais meios utilizados até agora, visto que quer seja em descrições textuais, fotos e desenhos, ou através da criação de *avatars* e do uso de máscaras e luvas de realidade virtual, a tecnologia tem aprimorado constantemente as sensações virtuais, e vem reduzindo aceleradamente a imaterialidade aparente do ciberespaço. É possível que as inovações tecnológicas não levem as sensações provocadas na percepção pelos novos artefatos tecnológicos a terem o mesmo padrão de qualidade daquelas realizadas presencialmente através do contato com o mundo físico; porém, no contexto deste estudo, a questão principal parece ser em que medida as diferenças nas sensações, independentemente de qualquer critério de valor, deixariam de caracterizar as atividades do ciberespaço como uma *prática espacial* de Lefebvre, caso se entenda que não estaria ocorrendo ausência de materialidade, mas sim um afastamento entre o real e o ficcional.

As dificuldades de entender a *prática espacial* no ciberespaço advém basicamente de dois fatores. O primeiro seria o ciberespaço ser um lugar onde o real e o ficcional se misturam na representação, gerando, conseqüentemente, uma dificuldade de percepção pelos meios tradicionais (face-a-face), que pode vir a ser eliminado com o desenvolvimento de novos aparatos de percepção. O segundo seria a tendência de procurar isolar o ciberespaço do contexto total do mundo contemporâneo, como se a vida de uma pessoa pudesse se restringir apenas ao espaço ficcional suportado por cabos e fibras óticas. Um entendimento mais

abrangente da *prática espacial* das pessoas, que incluiria a experiência *online*, e, simultaneamente, a sua existência *offline*, isto é, uma inusitada mistura do que é ficcional e do que é presencial e factual, poderia ajudar a configurar o ciberespaço como uma esfera espacial de um novo e diferente tipo de *prática espacial*.

Também, além disso, um conceito simplificado do espaço social lefebvriano poderia conduzir ao entendimento equivocado do ciberespaço jamais ter a qualidade do espaço presencial, porque sempre lhe faltaria parte constitutiva da sua tríade, isto é, não haveria espaço físico e material, e o ciberespaço seria apenas uma *representação do espaço*. Tal concepção restrita poderia levar a outro entendimento equivocado do ciberespaço: o entendimento popular de configurá-lo apenas como um *espaço simbólico*. Não é difícil acompanhar tal tendência, porque, afinal, as pessoas, lugares, empresas, governos, e demais tipos de instituições, se fazem representar na Internet através de construções simbólicas. O problema passaria a existir quando tais construções são entendidas, apenas elas, como um todo, incluindo o real no ficcional, ou, alternativamente, como universos paralelos que nunca se juntam. Observa-se tal tendência quando se toma o todo pela parte ficcional e se entende que só existe a construção simbólica, ou quando se toma a parte ficcional como algo novo e independente do real, apresentando-a como solução de problemas históricos (onde é indicativo o uso de termos como *e-democracia*, *e-cidadania*, *e-learning*, *e-governo* para transmitir uma idéia de novidade dissociada daquilo que é “velho”).

O espaço simbólico do ciberespaço, produzido ideologicamente pela sociedade contemporânea, tem produzido um modelo espacial do ciberespaço difundido amplamente em padrões de navegação, em possibilidades e ferramentas dos softwares e em normas de uso. Nessa direção, parece que a atualidade tecnológica também estaria propondo diferentes lógicas de representação do espaço nas quais as pessoas procuram se situar mesmo sem as dominar completamente.

Lefebvre aponta que as *representações do espaço* seriam o momento preferido para as práticas de dominação no espaço presencial. Por essa razão, poder-se-ia também entender que, no ciberespaço, elas configurar-se-iam como a forma maior de instrumentalização das TIC, apresentada sob a forma de modelos, de padrões de comportamento e uso de espaços de interação, de ferramentas disponíveis em softwares, e da expectativa de comportamento *online*, por exemplo.

Tais *representações do espaço* podem ser identificadas na representação simbólica do ciberespaço, através da exigência de um determinado padrão de desenho de *websites*, dos recursos permitidos de navegação, da existência de “mundos virtuais” análogos ao mundo *offline*, e, também, da transposição para o meio digital de representações feitas *offline*, como a apresentação de lugares factuais através de fotos, mapas, textos e filmes digitais.

Focando a visão para além das representações dominantes, talvez seja possível enxergar uma certa possibilidade de uso do ciberespaço em uma configuração mais próxima do *espaço de representações* de Lefebvre, empregando-se as formas do ciberespaço para percorrer caminhos (que apesar de padronizados não são pré-estabelecidos) ou para visitar *sites* e *blogs* (que são as mais variadas representações das pessoas e lugares) e que caracterizam o ciberespaço como um espaço não-hierárquico e livre que permite a cada pessoa fazer uso da sua imaginação criativa e expressar sua própria representação. Por conseguinte, o fato de não existir uma única e dominante forma de representação do espaço, permitiria a compreensão de que o ciberespaço poderia vir a ser o *espaço de representações* de Lefebvre: um espaço sem muitas regras de consistência e coerência, característico de atividades marginais.

As redes de comunicação entre computadores, criadas com fins estratégicos e militares, acabaram por gerar um ambiente descentralizado e não-censurado, de encontros e desencontros sociais no mundo contemporâneo: o ciberespaço, cuja evolução tem sido sustentada em grande parte pela imaginação de *hackers* e que, ainda hoje, é um ambiente onde não há controle, nem estratégias de censura, que poderes centralizados possam usar para dominar e limitar o que acontece nele⁶. Nesse sentido, seria possível observar que o ciberespaço não deixa de ser um ambiente em que se re-configura o jogo de forças entre os *espaços concebido, vivido e percebido*; onde as *representações do espaço* acolhem novas *práticas espaciais*, e criam novos *espaços de representação*.

⁶ Jordan exemplifica essa questão com dois casos: (1) da Alemanha que proibiu (de acordo com sua lei nacional) a divulgação de conteúdo neonazista em *sites* alemães, mas que bastou que esses copiassem os mesmos *sites* para servidores de países que não impunham essa restrição para que alemães pudessem continuar a acessá-los; (2) da Guerra no Golfo, onde os americanos, apesar da superioridade militar, tiveram grande dificuldade de destruir o sistema de comunicação iraquiano, que usou o ciberespaço em redes distributivas e não-hierárquicas (Jordan, 1999, p. 35).

Conforme apresentado anteriormente, o ciberespaço pode ser entendido como um Espaço enquanto uma totalidade socialmente produzida. Se socialmente produzido, seria possível conceber o ciberespaço como uma alternativa para combater a instrumentalização no mundo contemporâneo, tendo em vista que a possibilidade da ação humana traria consigo o limite das pré-determinações e o potencial de indeterminação do futuro.

Todavia, para que o ciberespaço possa vir a ser um espaço social que combata os processos de dominação, seria necessário assegurar que o seu uso não o limite apenas como uma *representação do espaço*, ou como uma *restrita prática espacial*, de modo a permitir e promover o seu uso também como um *espaço de representações*. Como um espaço novo, mas vivo; ordenado e gerenciado, porém espontâneo e aberto, o ciberespaço poderia, assim, forjar a criatividade também nos espaços de interação humana em ambientes digitalizados. Porém, tais características não são nenhuma garantia para ativar o *espaço de representações* do ciberespaço, porque não é essa a tendência do mundo contemporâneo, uma vez que o uso indiscriminado do ciberespaço tem reforçado o espaço abstrato nas sociedades contemporâneas e, assim, a alienação.

Certamente determinadas apropriações do ciberespaço são capazes de contribuir para a transformação social enquanto que outras podem inibir. Por essa razão, este estudo passa a direcionar-se à busca, no ciberespaço, de formas reconhecidas, por Lefebvre e Santos, da possibilidade de transformação nas esferas de interação social, visto que como o ciberespaço permite a produção de um espaço social, seria possível antever nele uma forma alternativa de apropriação das TIC para esses outros fins.

OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO DO CIBERESPAÇO

É preciso reconhecer de antemão que as pessoas não se comunicam com computadores, mas usam os computadores para se comunicarem com outras pessoas (WELLMAN et al, 1996). Essa comunicação interpessoal pode tender a focar apenas superficialmente e não ser nada além de uma simples troca de informações entre as pessoas, mas também pode promover encontros entre as pessoas onde as redes de computadores proporcionem a criação de verdadeiros

espaços sociais de interação, até mesmo criando vínculos maiores como na criação de comunidades⁷.

O que se pretende é reconhecer o potencial das comunidades virtuais de virem a ser um espaço de representações já que se apresentam como o espaço social de interação humana possível no ciberespaço. Entende-se que, para o surgimento de comunidades virtuais, não basta o estabelecimento da comunicação entre as pessoas, propiciado pelo estabelecimento de redes de computadores, nem que todo agrupamento de pessoas que se comunicam por intermédio de redes de computadores seja uma comunidade virtual.

A prática social no ciberespaço é geralmente definida, segundo uma visão restrita e liberal, como a comunicação entre indivíduos criada quando um texto, que foi enviado de um ponto para outro de uma rede de computadores, percorre a rede com comunicações inter cruzadas. Porém, dentro da visão humanista e comunitarista adotada neste estudo, essa concepção de prática social é muito restrita, apesar de eventualmente conveniente para ser utilizada em ambientes *online*, porque definiria comunidade apenas como um agrupamento de indivíduos reunidos, deixando de lado a preocupação com os laços e o compartilhamento de um senso de identidade comum necessários ao estabelecimento de uma comunidade (MARSHALL, 1998).

A hipótese de que comunidades virtuais poderiam emergir naturalmente sempre que indivíduos estabelecessem uma comunicação mediada por computadores não pode ser assumida automaticamente como verdadeira, uma vez que tal exigência só poderia ser admitida como um elemento necessário, mas jamais suficiente, para o surgimento de comunidades virtuais. Mas talvez elas pudessem funcionar como ponto de partida no surgimento das comunidades virtuais, no momento em que os indivíduos criam *avatares* e retornam seguidamente para o mesmo espaço informacional, desenvolvendo relacionamentos com outros *avatares* estáveis. Nessa linha, busca-se mostrar que é possível o surgimento, no

⁷ Este estudo não vai participar dos debates da extensa reflexão sociológica a respeito do conceito comunidade. Ele apenas visa posicionar-se junto da utopia comunitarista representada por Hannah Arendt, que contribuiu para tal reflexão com sua interpretação política de comunidade (Arendt, 1993). E vai tomar como conceito de comunidade neste estudo a definição de Hampton (2002), que entende comunidade como redes de laços interpessoais, que proporcionam sociabilidade, suporte, informação, senso de pertencimento e identidade social.

ciberespaço, de comunidades virtuais onde, necessariamente, as pessoas compartilhem um senso de identidade e pertencimento.

Para explicar a criação de comunidades no ciberespaço, muitos autores têm recorrido à ênfase de que as comunidades podem ser formadas através da identificação de características sociais compartilhadas e de interesses comuns ao invés de apenas poder ser formada pela tradicional referência da proximidade geográfica. Para autores como Rheingold (1993), Wellman e Gulia (1999), as pessoas podem criar relacionamentos fortes e um senso de pertencimento que ancoram trocas e práticas sociais que podem independem da proximidade geográfica e isso é justamente o que acontece no ciberespaço quando as pessoas interagem através das redes de computadores e assim criam verdadeiros laços de solidariedade.

Nessa linha de pensamento, Wellman e seu grupo (1999) observam que as comunidades, mesmo antes da existência do ciberespaço, já tinham sua centralidade nas relações sociais que poderiam estar ou não vinculadas a uma proximidade espacial e que, por essa razão, as comunidades virtuais não seriam uma forma completamente nova de comunidade. Para esse grupo, as comunidades virtuais são indicações que vem tornar mais claro a liberdade que os indivíduos têm, e sempre tiveram, de formar comunidades que independem das limitações geográficas e de determinadas limitações sociais, tais como aquelas advindas de características como sexo, raça e etnia ou os conceitos de nação, vizinhança e bairro. É por essa razão que esse grupo defende a centralidade dos indivíduos nas comunidades virtuais, caracterizando-os como o portal dessas comunidades, pois apenas muda-se a natureza do espaço das comunidades, de um lugar fechado e contido característico do espaço geográfico para um lugar aberto e disperso das redes de computadores, que se espalham e que tudo podem permear, e onde a permanência se dá apenas pelos indivíduos.

Por outro lado, o grupo de Wellmann (1999) também aponta alguns problemas gerados na formação de comunidades no ciberespaço, posto que haveria uma ampliação da capacidade de participação de um indivíduo em várias comunidades virtuais, que apresentaria, em contrapartida, um envolvimento limitado em cada uma dessas comunidades. Em conseqüência, nas comunidades virtuais haveria a possibilidade de existir um menor comprometimento dos indivíduos com a

comunidade, acompanhada de uma proliferação de laços comunitários frouxos em detrimento dos laços fortes encontrados nas comunidades tradicionais, pois, com laços frouxos seria mais fácil atravessar transversalmente diferentes comunidades no ciberespaço, o que poderia levar a menores níveis de comprometimento comunitário.

Por essa razão, alguns estudiosos defendem que a Internet tem sido mais amplamente utilizada para manter e reforçar laços comunitários previamente estabelecidos do que propriamente servir para promover a formação de novas comunidades virtuais (FINQUELIEVICH, 2000). Talvez por ser comum observar uma composição social de comunidades virtuais por comunidades temáticas, focalizadas em determinados assuntos, missões e tarefas de interesse comum, e não das tais comunidades de Hampton, que exigem a presença de laços identitários, suporte e senso de pertencimento.

Essa aparente falta de comprometimento e profundidade nos relacionamentos sociais do ciberespaço talvez se dê, por um lado, porque o ciberespaço ainda é tido vulgarmente como um ambiente de domínio individual, haja vista que tudo começa e acaba no indivíduo, no seu ato de sentar-se à frente da tela do computador para comunicar-se com outro indivíduo ou com um grupo de sua escolha. Outro fato que reforça esse senso comum de individualidade no ciberespaço trata das normas e regras de participação em comunidades virtuais, que privilegiam, quase que exclusivamente, a liberdade e os direitos individuais, desde a escolha de como se auto-representar e aparecer para os outros, até a decisão de interromper a sua participação e abandonar uma comunidade existente num piscar de olhos.

Porém, essa visão individualista do ciberespaço se enfraquece frente à visão comunitarista no momento em que o próprio coletivo passa a legitimar tais regras e direitos, bem como quando ele cria novas regras ou remete a outras que não estão expressas oficialmente. Nessa direção, autores como Jordan (1999) apontam que é limitada e ineficiente uma leitura do ciberespaço apenas como um domínio do indivíduo. Esse autor diz que, quando os indivíduos encontram-se no ciberespaço, eles buscam criar modos de vida e se unirem para construir agrupamentos sociais ao redor de algum interesse comum. Nesse momento, o social emerge; e quando uma coletividade se forma, todos os indivíduos que fazem parte dela, de uma forma ou de outra, se submetem a ela.

Para exemplificar seu posicionamento e ilustrar a possibilidade de criação de comunidades virtuais com fortes laços de pertencimento e identidade social, Jordan reporta-se ao suicídio cibernético de Blair Newman (Ibid, p. 97-98), que decidiu abandonar a comunidade virtual WELL, a qual reagiu furiosamente ao fato dele ter lançado mão de seu direito individual de carregar consigo todas as palavras que escrevera na lista de discussão dessa comunidade. Esse autor alega que, de alguma forma e em algum momento, a coletividade WELL compreendeu que as palavras de Newman não eram mais exclusivamente dele, como indivíduo, mas que pertenciam à comunidade que suas palavras tinham ajudado a construir. Assim, para a comunidade virtual WELL, o indivíduo, apesar de todas as regras que protegiam seus direitos, não era mais a base exclusiva da comunidade formada, pois a coletividade já assumira um papel importante e fundado em um sentimento de responsabilidade coletiva.

Para Jordan, o suicídio cibernético de Newman ilustra duas lições. A primeira, ao ter mostrado claramente os limites que uma leitura individualista pode trazer ao ciberespaço. A segunda, ao ter mostrado que uma comunidade virtual pode ter laços interpessoais com fortes sentimentos de pertencimento e identidade social, haja vista que a comunidade WELL, apesar das regras individualistas iniciais, não desejava se conformar em manter apenas laços frouxos (não exigindo dos seus integrantes um envolvimento ou compromisso com ela), posto que se sentiu traída e ficou injuriada quando viu que tal expectativa de laços fortes não era correspondida e compartilhada por alguns membros da comunidade.

Por conseguinte, o entendimento de que as comunidades virtuais privilegiam o não-comprometimento e o não-envolvimento de seus membros parece ser um pré-conceito vulgar a respeito da capacidade de formação de comunidades virtuais no ciberespaço, possivelmente decorrente do comportamento dos primeiros agrupamentos formados com a Internet.

Mas, tal evidência do senso comum apresenta um perigo: do ciberespaço propiciar a instrumentalização através da seletividade de seus agrupamentos. No ciberespaço há uma menor valorização de características herdadas e percebidas a olho nu, tais como idade, sexo, raça e classe social, porém, em contrapartida, haveria uma valorização maior de características adquiridas, como estilo de vida, interesses voluntários e normas compartilhadas. Se, por um lado, tais propriedades

podem libertar os indivíduos de pré-conceitos, de outro, podem legitimar a segregação, haja vista que as comunidades virtuais são mais voluntárias e seletivas e as pessoas não são obrigadas a conviver com aqueles indesejáveis e diferentes, isto é, escolhem os seus pares. Portanto, tal maior liberdade individual pode acarretar, simultaneamente, um maior isolamento e segregação social.

Se, por um lado, as comunidades virtuais podem trazer implicações às condições dos indivíduos no mundo contemporâneo por sua tendência a gerar menor envolvimento e comprometimento social, por outro lado elas também trazem novas possibilidades, por poderem configurar-se em espaços de interação humana onde o coletivo se manifesta. Cotidianamente.

O debate em questão tem sido se o ciberespaço pode vir a ser um espaço social onde comunidades de laços fortes podem ser formadas e mantidas. Neste estudo, entende-se que as comunidades virtuais, no momento em que transcenderem ser um simples agrupamento de indivíduos movidos por interesses particulares e criarem redes de laços interpessoais que levam à sociabilidade, suporte, senso de pertencimento e identidade social, elas poderão ser consideradas como espaços privilegiados de interação humana que se abrem para a novidade e a surpresa. Nessa situação, essas comunidades podem tornar-se o espaço privilegiado da possibilidade porque são um lugar de encontro, ou seja, produzem um espaço que é novo e também vivo; que é ordenado, mas não completamente controlado; que é gerenciado, mas acolhe a espontaneidade; que é fechado, mas cheio de canais de comunicação.

As principais implicações para uma apropriação alternativa estão na característica do ciberespaço (vivido, concebido e percebido) ser programado, organizado e controlado pela própria natureza das tecnologias de informação e comunicação e também propiciar agrupamentos de indivíduos com pouco envolvimento e comprometimento. No entanto, a característica mais relevante para este estudo está no fato de que a rede de comunicação, base estrutural do ciberespaço, é um campo possível para uma apropriação crítica das TIC, porque ela pode criar espaços propícios de interação social: as comunidades virtuais.

CONCLUSÃO

No escopo deste estudo, que buscou uma compreensão abrangente do ciberespaço para analisar a possibilidade de apropriação crítica de mais essa esfera da realidade contemporânea como um espaço da possibilidade, adotou-se, por sua maior complexidade e amplitude, o conceito lefebvriano do espaço. Através dessa lente teórica, o ciberespaço poderia ser entendido como a tríade complexa do *concebido*, do *vivido* e do *percebido*, esferas que se articulam diferentemente em três momentos, como *práticas espaciais*, *representações do espaço* e *espaços de representação*.

Como tal, o ciberespaço se apresentaria fortalecido como *representação do espaço*, pela sua predominância na dimensão simbólica (*concebido*) em detrimento da material (*percebido*), também o momento de maior dominação ideológica identificado por Lefebvre. No entanto, procurou-se salientar paralelamente a essa tendência, a possibilidade do ciberespaço vir a ser apropriado como um *espaço de representação*, tendo em vista que é um espaço de interação social não totalmente controlado, que hospeda o marginal, que é novo e vivo, ordenado e organizado, mas também espontâneo e livre. Desta forma, reconheceu-se o potencial latente no ciberespaço de se tornar mais um *espaço de representação* no mundo contemporâneo, que poderia resistir aos processos de dominação na atualidade.

Mais além, esse estudo promoveu uma primeira análise das comunidades virtuais em suas potencialidades e limitações de tornar o ciberespaço uma opção de *espaço de representação*, e, portanto, de possibilitar uma apropriação crítica das TIC no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Tradução da 1. ed. Brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti).

ARENDT, Hannah. A dignidade da política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

BURGEL, Gailia et al. An interview with Henri Lefebvre. Environment & Planning D: Society and Space, n. 5, 1987. p. 27-38.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FINQUELIEVICH, Susana. ICT and local governance: a view from the South. In: GURSTEIN, Michael. Community informatics: enabling communities with information and communication technology. Heshey, USA: Idea Group Publishing, 2000.

GIBSON, William. Neuromancer. New York: Ace Books, 1984.

HAMPTON, Keith; WELLMAN, Barry. Neighboring in Netville: how the internet supports community, social support and social capital in a wired suburb. City and Community, v. 2, n. 3, p. 277-311, 2002.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

JORDAN, Tim. Cyberpower: the culture and politics of cyberspace and the Internet. London: Routledge, 1999.

LAPA, Andrea. A formação crítica do sujeito na educação a distância: a contribuição de uma análise sócio-espacial. 2005. 302 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1991a.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991b. (Série Temas).

MARSHALL, Gordon. (Ed.). A dictionary of sociology. New York: Oxford University Press, 1998.

MERRIFIELD, Andy. Henri Lefebvre: a socialist in space. In: CRANG, Mike; THRIFT, Nigel (Ed.). Thinking space. London: Routledge, 2000. p. 167-182.

RANDOLPH, Rainer. A dialética entre o próximo e o distante: reflexões acerca da cidade e do urbano contemporâneos. In: LIMONAD, E. (Org.). Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF; GECEL, 2003.

REINGOLD, Howard. The virtual community: surfing in the Internet. London: Minerva, 1994.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOJA, Edward. Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Oxford: Blackwell, 1996.

STEPHENSON, Neal. Snow crash. London: Penguin, 1992.

WEBSTER, Frank. Theories of the Information Society. London: Routledge, 2002.

WELLMAN, Barry; HAYTHORNTHWAITTE, Caroline. (Ed.). The Internet in everyday life. Malden: Blackwell Publishing, 2002.

WELLMAN, Barry; GULIA, Milena. Virtual communities as communities: net surfers don't ride alone. In: SMITH, Marc; KOLLOCK, Peter (Ed.). Communities in cyberspace. London: Routledge, 1999. p.167-194.